

RELATÓRIO SÍNTESE DO PROCESSO DE REMOBILIZAÇÃO DO MOSAICO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Novembro de 2021



Realização

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

giz

Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Apoio



inema
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS BIOLÓGICOS



FICHA TÉCNICA

No âmbito do Contrato 83331006
com Agência da GIZ no Brasil

**Relatório síntese do projeto de
remobilização e fortalecimento do mosaico,
incluindo descrição das atividades e dos
produtos, relatorias das oficinas e
avaliações do processo e dos resultados
alcançados (Produto 8)**

Supervisão técnica:

Ivana Lamas
Agência GIZ no Brasil

Equipe de supervisão:

Carola Kuklinski / GIZ - Projeto TerraMar
Márcia Oliveira / MMA - Projeto TerraMar
Lia Mendes / MMA/DAP/SBIO
Esther Blumenfeld / MMA/DAP/SBIO
Rogério Egewarth / ICMBio Disat/CGSAM
Breno Herrera / ICMBio
Carolina Ferreira / ICMBio - RVS do Rio dos Frades
Rosangela Nicolau / ICMBio - Resex de Corumbaú
Marcos Ferreira / Inema - APA Caraíva-Trancoso

Consultoria, Facilitação e Documentação



Marcos Roberto Pinheiro
PINS – Planejamento e Gestão
Integrando Natureza e Sociedade

Novembro de 2021

SUMÁRIO

1. Introdução	4
1.1. As áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia	4
1.2. Os mosaicos de áreas protegidas	8
1.3. A delimitação conceitual da gestão e da governança	9
2. Antecedentes	11
2.1. Histórico do processo de reconhecimento do Mapes	11
2.2. Implementação do Mapes	14
2.3. Decreto de revogação dos conselhos	18
3. Cooperação técnica para remobilização do Mapes	19
3.1. Planejamento da remobilização	19
3.2. Sistematização das memórias e experiências do CoMapes	20
3.3. Grupos de supervisão e acompanhamento	21
3.4. Reuniões de mobilização do Mapes	21
3.5. Elaboração do Mapa das Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia	23
3.6. Reuniões de análise de conjuntura e revisão da estratégia	23
3.7. Oficina de formação dos grupos temáticos	24
3.8. Desenvolvimento dos grupos temáticos e outros espaços de tomadas de decisão e governança	26
3.9. Seminário Vida Longa ao Mapes	27
4. Considerações finais	28
5. Referências bibliográficas	30

1. INTRODUÇÃO

1.1. As áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia

O termo *hotspot* de biodiversidade é utilizado para designar lugares que apresentam uma grande riqueza natural e uma elevada biodiversidade, mas que, no entanto, encontram-se ameaçados de extinção ou que passam por um intenso processo de degradação. Trata-se dos lugares do planeta onde a conservação de suas feições naturais faz-se mais urgente. A Conservação Internacional identificou 35 destas áreas de grande riqueza biológica em todo o mundo. Há dois *hotspots* no Brasil: a Mata Atlântica e o Cerrado.

O Extremo Sul da Bahia é considerado de extrema importância biológica para conservação. É uma área de urgência dentro do *hotspots* Mata Atlântica, pois na década de 60 sofreu com a expansão dos polos madeireiros e do agronegócio, os quais, posteriormente, foram fortalecidos por uma rede de estradas e rodovias implantadas nos anos 70. Atualmente, a região continua sofrendo graves ameaças devido à expansão agropecuária, com projetos de pecuária de corte e de leite, de fruticultura e, principalmente, de monocultura de eucalipto para produção de celulose. Como é possível observar na Figura 1, as últimas florestas contínuas estão isoladas e os maiores remanescentes somente sobreviveram porque estão protegidos por unidades de conservação.

Na área costeira e oceânica a pressão antrópica criada pela pesca industrial e desordenada, pela poluição química gerada pela lavagem de porões de navios e pelos vazamentos de petróleo na região justificaram a criação de parques e reservas extrativistas com porções marinhas, que pudessem conservar e preservar a fauna marinha e os recifes de corais e ordenar a atividade de pesca de forma sustentável, garantindo também a manutenção dos estoques pesqueiros.

A criação de unidades de conservação na região iniciou-se no ano de 1961, com o Parque Nacional do Monte Pascoal, local onde ocorreu o primeiro avistamento do Brasil pelos navegantes portugueses, que viria a se tornar o Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal no ano 2000. Em 1983, foi criada a primeira unidade de conservação marinha brasileira, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Nos anos 1993 e 1994, o Governo da Bahia criou um conjunto de quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) por toda a região costeira marinha: APA da Coroa Vermelha, APA Caraíva-Trancoso, APA Santo Antônio e APA Ponta da Baleia-Abrolhos; esta última é a maior unidade de conservação da região, com mais de 346 mil hectares.

Em 1997, a prefeitura de Porto Seguro criou a primeira unidade de conservação municipal do território, o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora, um importante atrativo turístico do município, que, por meio da visita aos corais e piscinas naturais, promove trabalho e geração de renda na região. No ano seguinte, em 1998, foi criada a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da região, com seus 6.069 hectares, a RPPN Estação Veracel, que protege um significativo remanescente florestal e representa importante contribuição da iniciativa privada para a conservação da natureza.

Depois, em 20 de abril de 1999, no âmbito das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, foram criados os Parques Nacionais do Pau Brasil

e do Descobrimento, com cerca de 19 e 22,6 mil hectares, respectivamente. Após a criação destes Parques Nacionais, um conjunto de RPPNs foram estimuladas a serem criadas na região. Atualmente há 47 reservas particulares no Extremo Sul da Bahia, distribuídas em sete municípios: Porto Seguro (21), Prado (21), Belmonte (1), Itapebi (1), Itabela (1), Caravelas (1) e Guaratinga (1).

Neste novo século o governo federal ampliou o subsistema com mais quatro unidades. Foram criadas duas Reservas Extrativistas: a Marinha de Corumbau e a de Cassurubá, em 2000 e 2009, respectivamente. Em 2007, criou-se o Refúgio da Vida Silvestre Rio dos Frades. Por último, o Parque Nacional do Alto Cariri foi criado em 2010, com pouco mais de 19 mil hectares, nas nascentes do rio Buranhém, que tem sua foz em Porto Seguro. Além dessas, o subsistema municipal também foi ampliado com a criação de seis unidades: PMM de Proteção de Coroa Alta (Santa Cruz Cabrália), PMM do Recife de Fora (Alcobaça), PNM Maria e Amélio Siqueira (Caravelas), APA de Itapebi (Itapebi), APA da Pedra do Oratório (Guaratinga) e APA da Costa Dourada (Mucuri).

O povo Pataxó vive em diversas aldeias no Extremo Sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia de Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767. Em contato com os não índios desde o século XVI e muitas vezes obrigados a esconder seus costumes, os Pataxó hoje se esforçam para avivar sua língua Patxohã e rituais "dos antigos" como o Awê. Os Pataxó vivem em 42 aldeias distribuídas em sete terras indígenas (Tupinambá de Belmonte, Águas Belas, Aldeia Velha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha) situadas nos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado (ISA, 2020). Recentemente, em 2015, a Funai aprovou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi).

Assim, atualmente, existem 76 áreas protegidas na região, sendo oito unidades de conservação federal (cinco parques nacionais, duas reservas extrativistas, um refúgio da vida silvestre); quatro unidades de conservação estadual (todas áreas de proteção ambiental); sete unidades de conservação municipais; 47 reservas privadas; oito Terras Indígenas e outras duas áreas protegidas, a Reserva Indígena da Jaqueira e a Estação Experimental do Pau Brasil (Tabela 1 e Figura 3).

Tabela 1. Áreas Protegidas do Extremos Sul da Bahia.

Área Protegidas	Quantidade
Unidades de Conservação Federal	8
Unidades de Conservação Estadual	4
Unidades de Conservação Municipais	7
Unidades de Conservação Privadas	47
Terras Indígenas	8
Outras Áreas Protegidas	2
Total	76

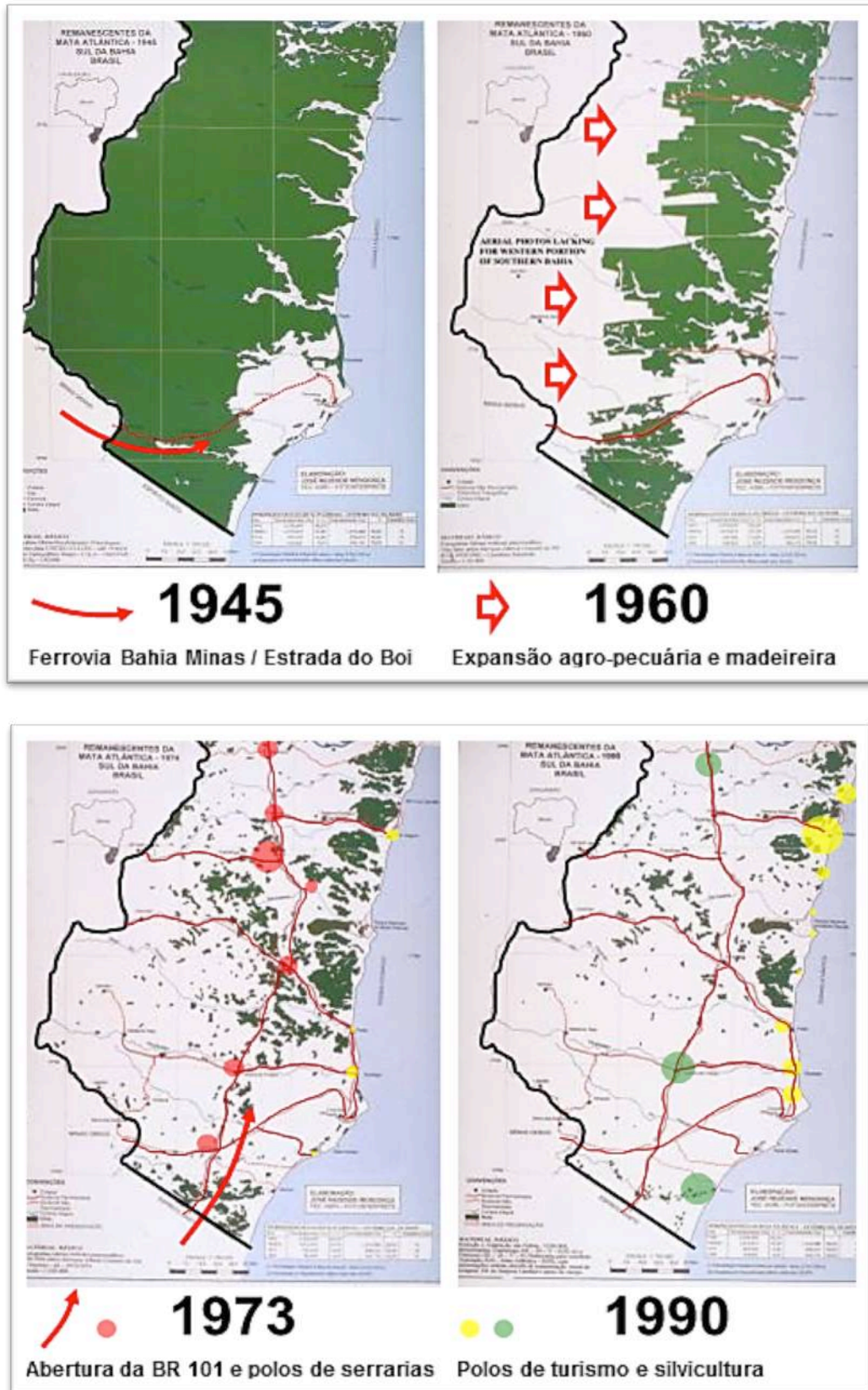


Figura 2. Série temporal do desmatamento da Mata Atlântica na região do Extremo Sul da Bahia (MENDONÇA, 1994 adaptado por MENEZES, 2012).

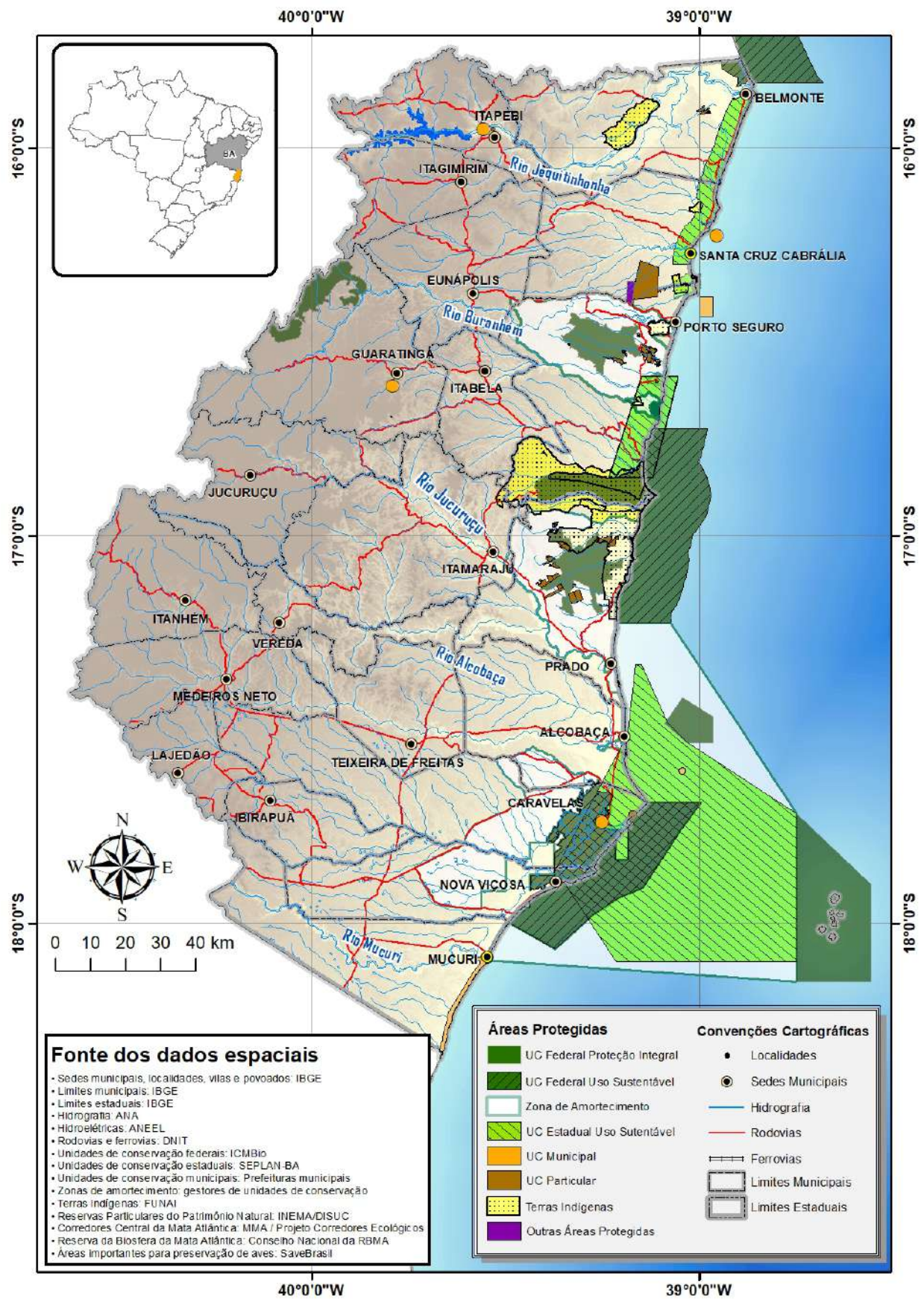


Figura 3. Mapa das Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (GIZ, 2021).

1.2. Os mosaicos de áreas protegidas

Um mosaico de áreas protegidas é um conjunto de unidades de conservação e outras áreas protegidas próximas entre si que tem como objetivo principal promover uma gestão integrada e participativa deste conjunto de áreas. Trata-se de um instrumento de gestão territorial previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, na prática, constitui uma articulação entre diversos atores do território em favor do desenvolvimento sustentável, da conservação e valorização da diversidade biológica, social e cultural.

Um mosaico de áreas protegidas é uma ferramenta para executar a proteção e a gestão conjunta de áreas próximas e com alguma relação entre si através da soma das ações e esforços dos responsáveis por cada uma das áreas. A gestão integrada pode ser feita na prática com o trabalho conjunto entre os responsáveis pela gestão das áreas protegidas e pode ser oficialmente reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente (PINHEIRO, 2011). Os principais objetivos indicados para a gestão de mosaicos são:

- fortalecer a gestão integrada das áreas protegidas e o alcance de seus objetivos individuais, de acordo com sua categoria, respeitando-se sua autonomia;
- promover a conectividade funcional e física dos ecossistemas, contribuindo para a ampliação e conservação da biodiversidade e demais serviços ambientais por eles fornecidos;
- estabelecer espaços de articulação institucional e de formulação e implementação de políticas públicas;
- desenvolver, reconhecer ou fortalecer a identidade territorial;
- contribuir com o ordenamento e com o desenvolvimento territorial sustentável;
- contribuir para resolução e gestão de conflitos socioambientais, principalmente aqueles associados diretamente às próprias áreas protegidas;
- melhorar a capacidade operacional do conjunto das áreas protegidas.

Os conselhos são o instrumento central dos mosaicos de áreas protegidas. Eles constituem o principal espaço de governança e têm a função primordial de promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas que o compõem. É no âmbito deste colegiado que se estabelece o diálogo entre representantes da sociedade civil e de órgãos públicos do qual resulta a formulação e o planejamento das intervenções no território. Além disso, trata-se de uma instância privilegiada no sentido de orientar as políticas públicas incidentes em uma escala regional, ou seja, que afetam não apenas cada área protegida em si, mas toda a área de influência do mosaico (PINHEIRO, 2011).

Os conselhos devem ter o mérito de envolver a diversidade de atores sociais presentes na região e constituir um espaço de excelência para a construção de caminhos para uma gestão compartilhada. A partir de suas deliberações devem ser concebidas as ações em torno de temas mobilizadores e integradores e verificado o cumprimento das atribuições e responsabilidades assumidas por cada representante/grupo envolvido com a restauração.

Em termos operacionais, compete aos conselhos proporem ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada área protegida visando, especialmente, os usos nas fronteiras entre elas, a fiscalização, o monitoramento e a alocação de recursos que possam vir a beneficiar o mosaico (PINHEIRO, 2011).

1.3. A delimitação conceitual da gestão e da governança

Na prática, embora os dois conceitos estejam intimamente ligados, a distinção conceitual entre governança e gestão abrange perspectivas muito distintas, como será discutido adiante.

A gestão de uma área protegida é um conceito mais internalizado dentre os seus gestores e consiste basicamente no conjunto de ações e meios necessários para o alcance dos objetivos de uma área protegida. Por outro lado, essencialmente, a governança é a maneira como as pessoas interagem e criam políticas e regras para guiar seu comportamento, onde uma das funções é criar e manter as condições necessárias para uma gestão efetiva (ABRAMS *et al.*, 2003). Muitas são as definições para a governança, mas destaca-se a definição de Borrini-Feyerabend *et al.* (2017), reproduzida a seguir, pela capacidade de combinar a abrangência conceitual da “governança” com uma comunicação clara e objetiva:

“Governança: Interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outros interessados diretos manifestam sua opinião”.

Borrini-Feyerabend *et al.* (2017) apresentam uma síntese que resume as principais diferenças entre governança e gestão, reproduzida na Tabela 2.

Tabela 2. Diferenças fundamentais entre gestão e governança, segundo Borrini-Feyerabend *et al.* (2017).

Gestão	Relacionada a ... – O que se faz em busca de determinados objetivos; – Os meios e ações para alcançar esses objetivos
Governança	Relacionada a ... – Quem decide quais são os objetivos, o que fazer para atingí-los, e com que meios; – Como essas decisões são tomadas; – Quem detém o poder, a autoridade e a responsabilidade; – Quem deve (ou deveria) prestar contas.

As novas abordagens colaborativas e multinível que caracterizam a governança de áreas protegidas representam um novo território e fazem novas exigências às instituições e políticas. Estabelecer e manter uma boa governança em toda a diversidade de acordos e responsabilidade é fundamental para a efetividade futura e aceitabilidade das áreas protegidas (LOCKWOOD, 2010).

O poder e a capacidade de tomar decisões têm grande influência sobre a concretização dos objetivos das áreas protegidas, o compartilhamento de responsabilidades, os direitos, os custos e benefícios, bem como a construção e a manutenção de apoio – seja ele financeiro, político ou das comunidades que vivem dentro e em torno das áreas protegidas. O processo de entender e, se necessário, aprimorar a governança é fundamental para a conservação eficaz (BORRINI- FEYERABEND *et al.* 2017).

A boa governança é um pré-requisito para o gerenciamento eficaz e é fundamental para assegurar o apoio político e comunitário essencial para o desenvolvimento e, de fato, a sobrevivência do sistema global de áreas protegidas (LOCKWOOD, 2010).

2. ANTECEDENTES

2.1. Histórico do processo de reconhecimento do Mapes

Estando o Extremo Sul da Bahia inserido no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), é relevante destacar o pulso de criação da Rede de Gestores de Unidades de Conservação do CCMA, em 2003, que abordava aspectos fundamentais para consolidar o referido Corredor, dentre eles implementar estudos de efetividade de manejo das unidades de conservação, implementar meios eficientes de comunicação e apoiar a gestão em mosaico entre as unidades de conservação mais próximas (LAMAS *et al.*, 2015)

A concepção do Mosaico do Extremo Sul da Bahia (Mapes) começou a ser delineada formalmente em 2004, envolvendo diversas organizações que atuavam na região, em especial o Ibama/Parque Nacional de Monte Pascoal em parceria com a Associação Flora Brasil e o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), que contaram com apoio da Unidade de Coordenação Estadual da Bahia do Projeto Corredores Ecológicos, da Cooperação Técnica Alemã (na época GTZ) e da Conservação Internacional (CI-Brasil).

Inicialmente, foram realizadas três oficinas que deram início a esse processo de criação, com definição de atores, objetivos e abrangência (Figura 4). Após esse momento, foram articulados os atores para apresentar um projeto coletivo para o edital 01/2005 do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), chamado “Mosaicos de áreas protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista (DTBC)”. Este edital tinha por objetivo selecionar projetos orientados à formação de mosaicos de unidades de conservação e outras áreas legalmente protegidas e elaborar e implementar planos de DTBC, que contribuíam para a implementação e consolidação do SNUC.



Figura 4. Participantes da terceira reunião para construção da proposta do Mapes (13, 14 e 15 de março de 2005 no Parque Nacional Pau Brasil).

Assim, a Associação Flora Brasil foi a proponente da proposta com o projeto "Implantação da Gestão em Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia", em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação (SFC) da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Semarh), Estação Ecológica Pau Brasil (Espab/Ceplac) e com a Fundação Nacional do Índio (Funai) (ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL, 2005).

O principal objetivo do projeto foi implementar a gestão em mosaico visando fortalecer e integrar o sistema de áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia, através de um desenho estratégico fundamentado em três componentes principais: mobilização social, manejo integrado de áreas protegidas e desenvolvimento territorial em bases conservacionistas. Esse processo definiu os principais objetivos do Mosaico do Extremo Sul da Bahia (ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL, 2005):

- fortalecer e integrar a rede de áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia, através de um desenho estratégico para gestão integrada das áreas protegidas;
- influenciar a política pública local/regional com maior poder de inserção e negociação na elaboração dos planos de gestão territorial e desenvolvimento humano;
- contribuir para a formação e o fortalecimento de mini corredores;
- promover o resgate da sociodiversidade do território, fortalecendo a identidade cultural formada por: pataxó, agricultores familiares e pescadores artesanais.

Sobre o projeto, as principais atividades planejadas foram (ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL, 2005):

- Mobilizar as comunidades inseridas no Mosaico de forma a garantir o apoio social ao projeto, o envolvimento ativo nas ações, a apropriação dos seus resultados e a implementação das estratégias que visam a continuidade do mesmo.
- Mitigar as ameaças às unidades de conservação, áreas protegidas e aos ecossistemas da região, implementando a gestão em mosaico.
- Elaborar o plano de desenvolvimento territorial conservacionista.

Em 2006, após a aprovação do projeto pelo FNMA, o ano foi marcado pela assinatura do contrato e pela articulação do Projeto Bilateral França-Brasil. No ano seguinte iniciou-se a execução das atividades previstas nos dois projetos, com uma intensa agenda de eventos e reuniões para o planejamento da gestão do Mosaico por meio da Comissão Pró Conselho.

Ao longo da implementação dos projetos do CCMA, do FNMA e da Cooperação França-Brasil, outros projetos foram se agregando à iniciativa do Mapes, como a Aliança para Conservação da Mata Atlântica, que congregava a Conservação Internacional e a Fundação SOS Mata Atlântica por meio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, do inglês Critical Ecosystem Partnership Fund), bem como o Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaico de Áreas Protegidas na Mata Atlântica, que foi uma

iniciativa do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em parceria com a Conservação Internacional do Brasil e apoio do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema), Projeto Tamar, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e Programa Homem e Biosfera (MaB).

Neste período diversas ações realizadas promoveram o Mosaico, como a restauração ecológica de mini corredores, o apoio à implementação de unidades de conservação através de investimentos em infraestrutura e equipamentos e vários eventos de intercâmbio de forma geral. O destaque foi a viagem de intercâmbio Brasil-França dos mosaicos do Brasil para conhecer o turismo sustentável e a gestão integrada das zonas litorâneas nas regiões de Provence Alpes Cote D'Azur (PACA); a mobilização dos atores e processo de decisão participativa em Nord Pás de Calais e a valorização dos produtos, agricultura e gestão florestal em Rhone Alpes.

De forma geral, foram registradas cerca de 20 reuniões e oficinas de concepção, de mobilização e sensibilização, visando formatar a gestão e a governança do Mapes (Figura 6).

Em 2010, a equipe envolvida com a proposta de reconhecimento do Mapes se dedicou aos ajustes solicitados pelo MMA. Na proposta construída, além das atuais unidades de conservação inseridas no Mapes, houve a inclusão da Área Tombada do Descobrimento pelo Iphan, da Estação Experimental Pau Brasil, do Parque Municipal de Preservação Marinho de Coroa Alta e das Terras Indígenas Barra Velha, Aldeia Velha, Corumbauzinho, Águas Belas, Imbiriba, Trevo do Parque e Coroa Vermelha. Contudo, quando o processo chegou no MMA, as mesmas foram excluídas do reconhecimento do Mosaico.

O reconhecimento do Mapes ocorreu pela Portaria nº 492, de 17 de dezembro de 2010, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), formalizando a criação do seu conselho gestor. O Mosaico abrange três municípios (Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália), compreendendo uma área de cerca de 200 mil hectares distribuídos em 12 unidades de conservação (nove federais, duas estaduais e uma municipal); com a seguinte configuração:

- Unidades de conservação federais (5): Parque Nacional do Pau Brasil, Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal, Parque Nacional do Descobrimento, Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e Refúgio da Vida Silvestre Rio dos Frades.
- Unidades de conservação estaduais (2): Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso e Área de Proteção Ambiental da Coroa Vermelha.
- Unidade de conservação municipal (1): Parque Municipal Marinho do Recife de Fora.
- Reservas Particulares do Patrimônio Natural, reconhecidas no âmbito federal (4): RPPN Estação Veracel, da Mata Atlântica da Manona, Carroula e Rio Jardim.

2.2. Implementação do Mapes

Em 2011, o conselho gestor do Mosaico do Extremos Sul da Bahia (CoMapes) foi montado com seus representantes segundo a portaria de reconhecimento (Figura 5). Depois da indicação do presidente do conselho e da secretaria executiva, foi desenvolvido o regimento interno e um plano de ação para orientar a gestão integrada entre as unidades de conservação. Ao longo do tempo, as ações conjuntas foram desenvolvidas por meio das câmaras técnicas e por diversas parcerias.



Figura 5. Reunião para formalização do conselho do Mapes, em 2011.

Em 2016, o CoMapes deixou de funcionar, entrando em uma fase de “hibernação”. A seguir, será apresentado a sistematização das informações das 16 reuniões ordinárias do conselho do CoMapes e das 6 oficinas de sensibilização realizadas entre 2011 e 2016, buscando evidenciar suas competências, composição, funcionamento e estruturas do conselho.

2.2.1. As competências do CoMapes

Segundo definem o Decreto do SNUC, a portaria de reconhecimento do Mapes e o Regimento Interno do CoMapes, são competências do conselho do mosaico:

- propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada área protegida, tendo em vista, especialmente: os usos nas fronteiras das áreas protegidas; o acesso às áreas protegidas; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos Planos de Gestão; a pesquisa científica; a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental. b) ações e políticas

relacionadas às questões socioeconômicas e histórico-culturais das comunidades residentes na área do mosaico.

- manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de áreas protegidas;
- manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico;
- definir quanto a inclusão ou exclusão de áreas protegidas que compõem o Mosaico de acordo com os critérios estabelecidos no seu Regimento Interno;
- deliberar a qualquer momento sobre a composição e forma de operação da Secretaria Executiva do Mosaico e de suas Câmaras Técnicas.

2.2.2. Composição do CoMapes

Integram o CoMapes os órgãos e entidades listados abaixo:

I. Representação governamental:

- a) um representante por área protegida federal;
- b) um representante por área protegida estadual;
- c) um representante por área protegida municipal;
- d) um representante da Ceplac;
- e) um representante do Iphan;
- f) um representante do governo federal;
- g) um representante do governo estadual;
- h) um representante de cada prefeitura da área de abrangência do Mosaico.

II. Representação da sociedade civil:

- a) quatro representantes de Terras Indígenas;
- b) três representantes de Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
- c) três representantes de organizações não governamentais socioambientais/culturais;
- d) um representante de segmento empresarial;
- e) um representante de segmento agropecuário;
- f) dois de segmento da agricultura familiar;
- g) dois de segmento da pesca artesanal;
- h) um de segmento turismo;
- i) um representante de segmento ensino e pesquisa.

2.2.3. Funcionamento do CoMapes

O conselho definiu o Regimento Interno no início do seu funcionamento, com previsão de reuniões trimestrais e câmaras técnicas (CT). Em 2011, cinco câmaras foram criadas: 1) CT mobilização, articulação e comunicação; 2) CT de monitoria e planejamento do funcionamento do CoMapes; 3) CT gestão costeira; 4) CT proteção; e 5) CT monitoramento e restauração.

Sobre a frequência das reuniões, o reconhecimento do Mapes no final de 2010 promoveu o maior de encontro do conselho, chegando a realizar seis reuniões em 2011. Em 2012, foram realizadas quatro reuniões do conselho e seis

oficinas de sensibilização coordenadas pelo CoMapes. Em seguida, os encontros do conselho foram reduzidos. Em 2013 foram realizadas três reuniões e, a partir de 2014, foi realizada somente uma reunião por ano. A partir de 2017 não houve mais reunião (Figura 6).

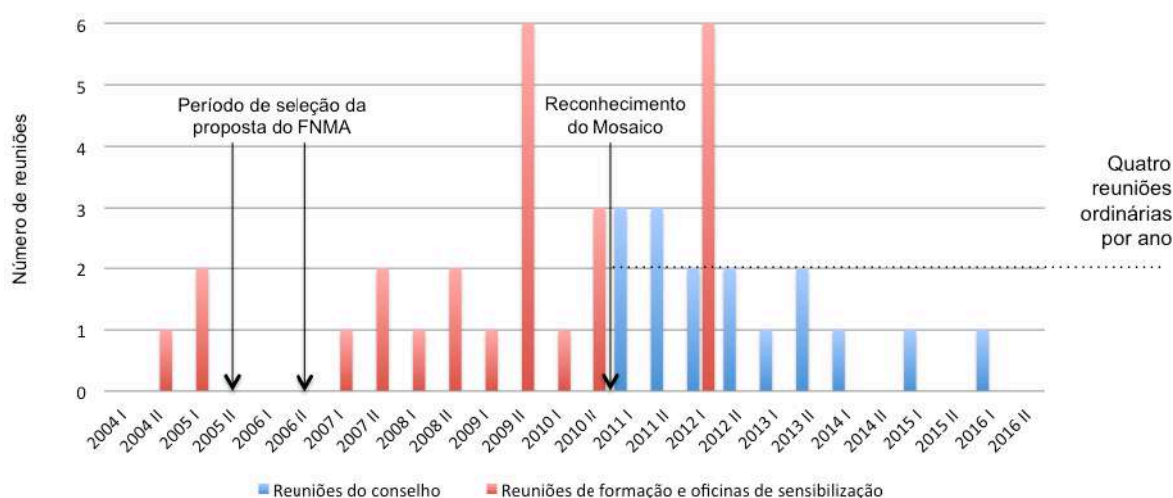


Figura 6. Linha do tempo das reuniões do conselho e oficinas de sensibilização do Mapes.

2.2.4. Assuntos de pauta das reuniões do Comapes

Ao longo das 16 reuniões do CoMapes foram registrados 84 assuntos de pauta, sendo 42% de assuntos internos do conselho e 58% sobre a gestão do Mosaico (Figura 7). Entre os assuntos debatidos, destacam-se:

Assuntos internos do conselho

- Sobre os assuntos internos do conselho, foram registrados debates para definição do Regimento Interno; para eleição do presidente, vice e secretaria executiva do conselho a cada dois anos; e sobre as estratégias de revitalização e funções do Mapes e do CoMapes. Ainda sobre o funcionamento do conselho, há registros de debates sobre a definição e devolutivas dos trabalhos das Câmaras Técnicas (CT), em especial sobre o planejamento do conselho, o plano de proteção integrado do Mapes, o monitoramento das ações planejadas e a frequência dos membros do conselho (20 pontos de pauta).
- Sobre a comunicação do conselho do Mapes, foi observada a aprovação de produtos de comunicação para divulgação de suas ações nos primeiros anos do conselho, como um jornal, site na internet e cartilha sobre o mosaico, frutos do projeto do FNMA. Em 2012, com o estabelecimento das CT, ocorreu a implantação de rádios comunitárias por meio de frequência de rádio concedida pela Embratel. A partir de 2014 o conselho começou a se posicionar sobre temas específicos, como a revisão do Código Florestal (assinatura da Carta Mata Atlântica), envio do ofício para Funai sobre políticas de conservação nas TI do Mapes e adesão à campanha com o MPE de desestímulo à aquisição de artefatos de madeira ilegal (9 pontos de pauta).

- O tema da portaria de reconhecimento do Mapes expedida pelo MMA, por não incluir todas as áreas protegidas inseridas na proposta inicial, apareceu em diversos debates. Em 2011, o CoMapes buscou formalmente o MMA para a inclusão das TI. Em 2014 foi novamente debatida a questão sobre inclusão das RPPNs e das TI, visando uma possível nova configuração do Mosaico, que também envolveu o Parque Nacional do Alto Cariri, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos e APA Santo Antônio. Em 2016 o tema voltou para a pauta, através da proposta de ampliação do Mapes para a região de Caravelas, incluindo o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a Resex Cassurubá e a APA Ponta da Baleia-Abrolhos (5 pontos de pauta).

Assuntos de gestão do conselho

- O segundo tema mais debatido no CoMapes depois dos assuntos internos foi sobre os diversos projetos existentes no território, que poderiam se articular com os objetivos do Mapes. Inicialmente, foram registradas várias devolutivas do projeto junto ao FNMA, até o seu final em 2012. Na fase final do projeto do FNMA ocorreu uma busca coordenada de novos projetos, que resultou na captação do projeto do Instituto Gambá para ampliar a sensibilização das aldeias e populações tradicionais sobre os objetivos do Mapes. Por meio das estratégias do MMA foram estabelecidos outros dois grandes projetos no território: o GEF-Mar e o Mata Atlântica III. Ambos foram temas de priorização de ações e definição de planos operativos anuais. Este último trouxe a abordagem de “adaptação às mudanças climáticas baseada em ecossistemas”, que gerou diversos treinamentos e oficinas junto ao Mapes. O tema dos projetos de restauração também dominou a pauta do CoMapes, como a priorização de áreas para os projetos elaborados para o BNDES, Planos Municipais da Mata Atlântica e para o estabelecimento de corredores ecológicos (25 pontos de pauta).
- Em seguida, aparece o tema da restauração ecológica. Além do desenho de projetos abordados no tópico anterior, ocorreram diversas iniciativas de mapeamento da cobertura florestal no território do Mapes. Inicialmente liderado pelo projeto do FNMA, seguido por outras iniciativas, como o Curso de Geoprocessamento e Ecologia da Paisagem para Análise da Dinâmica Florestal do Extremo Sul da Bahia e os levantamentos da cobertura florestal do IBio/Econanfi/LERF e do Fórum Florestal. Além disso, foram apresentados os projetos de assentamentos agroecológicos do Extremo Sul da Bahia, que contribuíram para o estabelecimento da conectividade florestal da região (8 pontos de pauta).
- Outros temas tratados no âmbito da gestão do Mosaico foram a compatibilização, a integração e a coordenação de ações conjuntas no território. Destacaram-se os trabalhos de educação ambiental no PN Alto Cariri com o projeto do BNDES, o workshop de fiscalização (fruto do GT Caça), as ações de abertura do acesso às praias, estudos de licenciamentos significativos acompanhados até 2015 e, principalmente, a avaliação de efetividade de manejo de seis unidades de conservação de forma conjunta e o planejamento de cinco roteiros de visita dentro do Mapes e outras unidades próximas, para apresentação à comunidade internacional que cobriu a Copa do Mundo de Futebol (8 pontos de pauta).

- Por último, destacam-se o esforço de integração com outros espaços de governança, como em 2013, quando ocorreu três reuniões conjuntas com o Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; além de temas tratados de forma conjunta com o Fórum Florestal; bem como a participação coordenada em eventos estratégicos, como o encontro nacional da Rede de Mosaico de Áreas Protegidas (Remap) e do Seminário do Núcleo da Mata Atlântica (Numa/MPF), ambos em 2016, sendo as últimas atividades registradas do CoMapes (9 pontos de pauta).

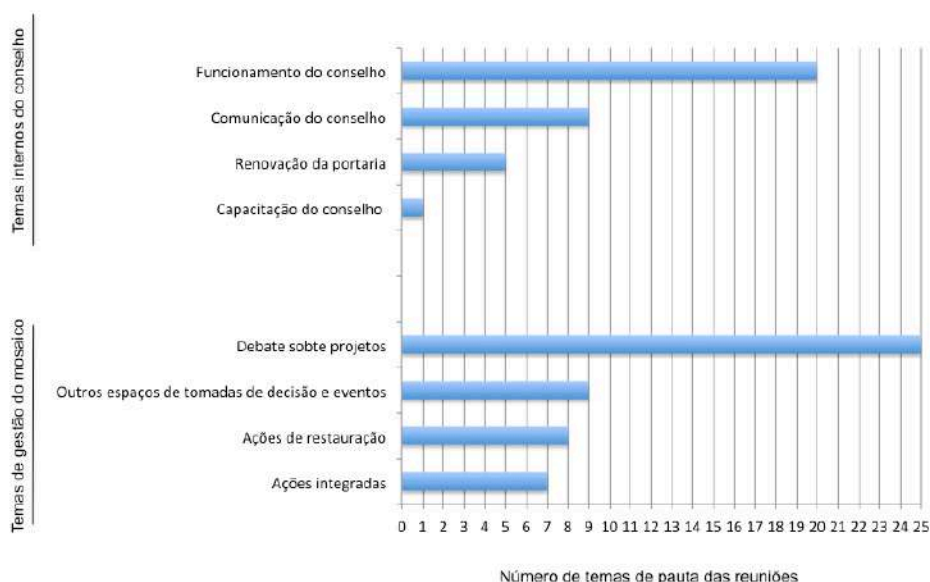


Figura 7. Sistematização dos assuntos de pauta das reuniões do Conselho do Mosaico do Extremo Sul da Bahia.

2.4. Decreto de revogação dos conselhos

Em 2019, com a publicação do Decreto Federal Nº 9.812 (revisão do Decreto Nº 9.759/2019), houve a extinção e o estabelecimento de novas diretrizes e limitações para colegiados de administração direta, autárquica e fundacional. Ou seja, estabeleceu-se a extinção de colegiados instituídos por decreto, ato normativo inferior a decreto e por ato de outro colegiado, como os conselhos dos mosaicos.

Além disso, o Decreto aponta que as propostas de criação, recriação, extinção ou modificação de colegiados devem passar por decreto do Presidente da República. Ele também determina que é necessário comprovar a necessidade dos conselhos terem mais de sete membros, bem como a necessidade das reuniões serem presenciais, e não por videoconferência.

O parágrafo primeiro postula que a “mera necessidade de reunir sociedade civil e Estado” não justifica a necessidade de reunir conselhos. Em resumo, o Decreto institui que é necessário convencer o Presidente da República a assinar o documento para criar os conselhos dos mosaicos.

Para o Mapes, que já estava em estado de “hibernação”, o Decreto só trouxe mais dificuldades ao processo de retomada da governança do seu conselho.

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA REMOBILIZAÇÃO DO MAPES

Considerando a importância que o Mosaico do Extremo Sul da Bahia possui na integração de ações entre as diferentes unidades de conservação e na influência de diversas atividades que acontecem no seu território, a GIZ promoveu o apoio de um projeto para avaliar as condições e interesses diversos para a retomada das atividades do Mosaico e iniciar o processo de gestão e fortalecimento do CoMapes.

A seguir serão relatadas as abordagens e principais resultados deste projeto, que tinha também como objetivo remobilizar e fortalecer o conselho do Mapes para que ele voltasse a propor ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada área protegida.

3.1. Planejamento da remobilização

O primeiro evento realizado no âmbito do projeto de cooperação técnica foi a I Oficina de Mobilização do Mosaico do Extremo Sul da Bahia, realizada em março de 2020, em Porto Seguro, Bahia. Especificamente, os objetivos da oficina foram:

- Debater o plano de trabalho para aportar diferentes visões e consolidar a versão final, em especial debater o método e o cronograma dos eventos previstos na consultoria.
- Registrar os grandes eventos do Mosaico, fatos significativos do território e das unidades de conservação.
- Identificar as fraquezas, oportunidades, fortalezas e ameaças do Mosaico, buscando os motivos que levaram à desmobilização do conselho e as atuais oportunidades de revitalização.
- Identificar as organizações envolvidas com a gestão do território e possível público para as futuras oficinas.
- Mapear os espaços estratégicos de tomada de decisão para fortalecimento da governança de temas prioritários: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, diversidade étnica, entre outros.

Nesta oficina foi validado o plano de trabalho da iniciativa junto aos gestores das unidades de conservação das esferas federal, estadual e municipais, bem como representantes da sociedade civil e do poder público local. Além disso, foi debatida a linha do tempo do Mapes, que permitiu aos participantes complementarem as informações, terem uma visão geral do desenvolvimento cronológico do Mapes e, principalmente, fazer uma análise de conjuntura sobre os motivos que levaram o Mosaico a entrar no estado de “hibernação”. Por último, também foram definidos os representantes do grupo de acompanhamento local da consultoria. Os detalhes da oficina estão documentados no Anexo 1.

3.2. Sistematização das memórias e experiências do CoMapes

Uma das primeiras atividades do projeto de remobilização foi a compilação das experiências e memórias do Mosaico do Extremo Sul da Bahia, onde foram

inseridas informações de vários documentos sobre a história do Mapes, além das informações levantadas na primeira oficina descrita acima. Ao todo foram levantados 536 documentos, entre textos, planilhas, imagens, mapas e fotos.

Esse conjunto de documentos foi sistematizado e colecionado em uma biblioteca virtual disponível para acesso no portal da Rede de Gestores do Corredor Central da Mata Atlântica (rededegestoresccma.org.br/mosaicos). O documento com a síntese das informações foi complementado com dados fornecidos pelos gestores entrevistados. De forma geral, tanto a biblioteca virtual como o documento (Anexo 2) estão divididos em três blocos de informações:

1. **Sobre as áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia:** neste tópico foram apresentados informações e registros sobre a criação, o planejamento e os desafios de gestão das 15 maiores unidades de conservação da região; bem como informações sobre as reservas particulares, terras indígenas, outras áreas consideradas importantes e processos de reconhecimento e titulação das áreas protegidas. Neste tópico foram colecionados 116 documentos.
2. **Sobre o Mosaico do Extremo Sul da Bahia:** foram apresentadas as atividades relacionadas ao Mosaico, desde o período que antecede o seu reconhecimento oficial pelo MMA até sua implementação. Sobre estes assuntos foram colecionados 303 documentos, em especial atas e relatórios de reuniões, oficinas, seminários, intercâmbios e demais eventos; bem como documentos operacionais como ofícios, convites, lista de contatos e planos operativos anuais. Foram evidenciados datas, participantes, pautas, debates e encaminhamentos de cada atividade registrada.
3. **Sobre os programas e projetos que apoiaram as diferentes iniciativas no território:** foram colecionados 117 documentos de dez programas e projetos governamentais e não governamentais que influenciaram os avanços da gestão das áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia.

3.3. Grupos de supervisão e acompanhamento

Para acompanhar a implementação da cooperação técnica ao Mapes, foram montados dois grupos envolvendo representações dos órgãos gestores das unidades de conservação e do MMA:

- **Grupo de supervisão:** formado por representantes do MMA, GIZ, ICMBio, Inema e pontos focais dos gestores das unidades de conservação do Mapes; com a função de acompanhar os avanços do projeto e ajudar na definição dos próximos passos da consultoria.
- **Grupo de acompanhamento:** formado por gestores de unidades de conservação locais com a função de acompanhar as reuniões de mobilização nos territórios, ajudando na identificação do público-alvo (na maioria, conselheiros das unidades) e na implementação da cooperação técnica. Inicialmente, a estratégia era para este grupo se constituir no núcleo de formação do futuro conselho do Mapes.

Com a declaração de “pandemia mundial” pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11/03/2020, devido à alta velocidade de transmissão do novo coronavírus (Covid 19), foram adotadas estratégias para reduzir a velocidade do contágio da doença, como medidas higiênicas, de isolamento social e redução das aglomerações. Neste novo contexto, a estratégia do projeto foi reorientada para realizar reuniões de forma remota, sem promover aglomerações.

Ao total, foram realizadas nove reuniões com os dois grupos mencionados acima. Destaques para a primeira reunião com o Grupo de Acompanhamento, no dia 22/07/21, quando foi definida a sequência das reuniões de mobilização de forma virtual (Anexo 3); a segunda reunião com o Grupo de Acompanhamento, em 14/09/20, quando foram realizadas as devolutivas das reuniões de mobilização (Anexo 4) e a sistematização da atual gestão integrada entre as unidades de conservação (Anexo 5).

3.4. Reuniões de mobilização do Mapes

Como desdobramento da estratégia das reuniões remotas, foi realizada uma rodada de reuniões visando promover um nivelamento conceitual, fazer um breve diagnóstico da gestão integrada das áreas protegidas nos diferentes territórios do Mosaico e, principalmente, o mapeamento dos espaços estratégicos de tomada de decisão para o fortalecimento da governança de temas prioritários: proteção, uso público/turismo, agenda socioambiental, corredores ecológicos, restauração ecológica e monitoramento de fauna. A sequência de reuniões foi:

- Reunião na região de Porto Seguro realizada no dia 13/08/20, com 25 participantes (Anexo 6).
- Reunião na região de Prado realizada no dia 20/08/20, com 16 participantes (Anexo 7).

- Reunião na região de Caravelas realizada no dia 26/08/20, com 20 participantes (Anexo 8).
- Reunião na região de Caraíva realizada no dia 02/09/20, com 18 participantes (Anexo 9).

De forma geral, entre os temas tratados, a proteção e a agenda socioambiental foram debatidas nas quatro oficinas; o uso público foi debatido em três oficinas e corredores ecológicos, monitoramento de fauna e restauração foram debatidos somente na oficina de Porto Seguro. Foram envolvidos 72 participantes, sendo que alguns estiveram presentes em mais de uma reunião.

De forma resumida, o documento “Síntese das Reuniões de Mobilização do Mapes” (Anexo 10) traz mais detalhes da participação e apresenta os principais pontos de pauta, como segue.

Na reunião de Porto Seguro foram destaques:

- As terras indígenas são estratégicas para o Mapes (direitos, dimensões e remanescentes) – pacificação dessa agenda.
- Proteção: muita ocupação irregular na orla – conflitos.
- Necessidade de gestores nas unidades estaduais.
- Planejamento por bacia – olhar de paisagem.
- Sub Comitê da Reserva da Biosfera: espaço que não tem limites para mobilizar as diversas representações da sociedade civil e do poder público local.
- Fórum Florestal e Rede ConBio: dialogam com os temas de restauração, corredores ecológicos e monitoramento de fauna.
- Planos Municipais de Mata Atlântica e Conselhos Municipais.
- Espaços da agenda socioambiental: Cofrem e Conselho de Caciques.
- Proteção: importância do Ministério Público na fiscalização preventiva integrada.

Na reunião de Prado foram destaques:

- Campanha de prevenção de incêndios e queimadas florestais.
- Trator para construção de aceiros – construção de abafadores.
- Encontro das RPPNs do Mapes.
- Fundo de Abrolhos em apoio ao uso público.
- Trilha de longo percurso – PND/TI/Resex.
- 3 projetos indígenas de turismo – edital Bahia Produtiva.
- Restauração realizada pelo Natureza Bela e Cooplanje.
- Conselhos das unidades de conservação.
- Comitê de diálogo do PND.
- Câmara técnica de Turismo da Costa da Baleia.

Os destaques da reunião de Caravelas foram:

- Necessidade de envolver a Delegacia da Marinha de Porto Seguro na proteção, além do Ibama, CIPPA, e voluntários para a vigilância.
- Planejamento da bacia (da nascente a foz) – visão de paisagem.
- Nova unidade em Caravelas – Parque Natural Municipal.

- Comunidade como centro do planejamento – consulta e escuta ativa.
- Seminário entre as organizações que atuam no território do Mapes – conhecer objetivo e metas de cada um, buscando sinergia.
- Conselhos das unidades de conservação.
- Câmara Técnica de Turismo da Costa da Baleia.

Foram destaques na reunião de Caraíva:

- Questões de abertura do turismo - prefeitura X comunidades (protocolo);
- Mobilização dos brigadistas.
- Visita conjunta da SEMA Porto Seguro e APA – vagas no conselho e obras irregulares.
- Guia de orientação para os empreendedores.
- Planejamento da bacia (da nascente à foz) – visão de paisagem.
- Pauta central do Mapes: homologação das Terras Indígenas (Comexitibá, Barra Velha e Coroa Vermelha).
- Sub Comitê da Reserva da Biosfera.
- Conselhos das unidades de conservação.
- Conselho de caciques.
- Discutir as pautas nas diferentes estâncias e levar para o CoMapes.

3.5. Elaboração do Mapa das Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia

Durante o trabalho de sistematização das experiências e memórias do Mapes foi constatada a necessidade de um mapa que integrasse as informações das unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas, suas áreas de amortecimento quando houvesse, com as terras indígenas e outras áreas protegidas existentes no território. O trabalho de representação gráfica também incluiu os títulos e reconhecimentos nacionais e internacionais, como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Corredor Central da Mata Atlântica, o Sítio do Patrimônio Natural da Unesco e do Iphan, e, claro, o Mosaico do Extremo Sul da Bahia, entre outras titulações. O trabalho de geoprocessamento foi liderado pelo Pablo Pacheco, da Ecodatageo. O mapa em formato digital (Anexo 11) foi amplamente divulgado em reuniões e seminários. A forma impressa foi distribuída para algumas unidades de conservação, órgãos gestores e ONGs. A possibilidade de visualização desse conjunto de áreas, em especial as sobreposições entre elas, é muito importante para o entendimento deste complexo território e pode servir de base para tomadas de decisões. A base cartográfica ficou organizada para uso em outros projetos e análises geográficas.

3.6. Reuniões de análise de conjuntura e revisão da estratégia

Com as restrições impostas pela legislação para formação do novo conselho, foram discutidas algumas alternativas para a governança do Mosaico. A ideia

de se constituir um novo conselho com base nas novas recomendações do Ministério não foi bem aceita devido, principalmente, ao fato desse conselho não ser representativo da coletividade do território.

A proposta da representação antiga ser retomada e eles continuarem se reunindo e atuando integradamente também não foi para frente, basicamente porque os gestores federais se sentiram inseguros em avançar com uma agenda que não seria reconhecida oficialmente pelo ICMBio/MMA. Além disso, a grande maioria dos gestores das unidades de conservação federais foi trocada e esta seria uma agenda nova para grande parte deles.

Foi então sugerido ao Inema estabelecer um mecanismo legal que reconhecesse a gestão integrada regional e, assim, todos os gestores poderiam fazer parte da iniciativa. No entanto, o Inema julgou não ser pertinente esse arranjo já que o Mapes foi reconhecido na esfera federal.

Durante essa etapa foram realizadas três reuniões para discussão do assunto:

- 5ª. reunião de supervisão sobre o Mapes, no dia 30/09/20; quando foi sugerido esperar condições políticas mais favoráveis para a representação social.
- Reunião com o ICMBio sobre o Mapes, no dia 16/11/20; quando foi evidenciada a importância de fortalecer as redes da sociedade e manter a chama acesa do mosaico.
- Reunião com o Inema sobre o Mapes, no dia 04/12/20; quando foi apresentada a proposta de criação de um mecanismo legal estadual que reconhecesse a gestão integrada regional.

Após as reuniões e discussões tentando resolver essa questão, houve o reconhecimento de que os esforços não promoviam o avanço necessário. Assim, a coordenação do projeto resolveu redirecionar os esforços para focar no objetivo principal do Mosaico, que é a gestão integrada e colaborativa. A questão do conselho poderá ser retomada em algum outro momento, quando as condições políticas para a representação social forem mais favoráveis. E foi proposta a formação de grupos de trabalho, que deverão coordenar ações temáticas conjuntas entre as unidades de conservação. O registro deste momento foi resumido no documento “Análise das Oportunidades de Gestão e de Governança do Mapes” (Anexo 12).

3.7. Oficina de formação dos grupos temáticos

Durante todas as reuniões e eventos do projeto, foram discutidos os temas e as ações que podem promover a gestão integrada entre as áreas protegidas (Anexo 13). Os principais temas abordados foram:

- **Proteção:** a caça ilegal, a pesca ilegal e incêndios florestais clandestinos foram os assuntos mais relevantes neste tema. A especulação imobiliária, parcelamento do solo e aquisição de lotes irregulares, em especial dentro das Terras Indígenas, também foram assuntos emergentes.
- **Uso público:** algumas unidades de conservação estão bem estruturadas, já existe concessão no nível federal para algumas e um bom número de

visitantes em diversas unidades; outras estão se estruturando. Foram destacadas as trilhas de longo percurso, o etnoturismo, o turismo de base comunitária e as várias experiências junto aos indígenas, bem como os protocolos de segurança na visitação e turismo, visando evitar a transmissão do Covid.

- **Agenda socioambiental:** houve a indicação de pauta para o Mapes apoiar o processo de reconhecimento das Terras Indígenas, em consonância com o atendimento dos direitos do povo Pataxó, mas também como uma estratégia de conservação da natureza. A questão do artesanato de madeira vendido em Porto Seguro também foi polêmica. Foi mencionado o Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM), que integra as unidades de conservação nesta importante política de educação.
- **Corredores ecológicos:** a existência de um pulso de restauração de áreas degradadas na construção de corredores ecológicos e de conectividade florestal se materializou na construção do Fundo Ambiental Sul Baiano. O tema de monitoramento da fauna também se fez presente como um importante instrumento para justificar a restauração dos habitats.
- **Importantes espaços de governança:** foram citados os comitês de bacias, o Fórum Florestal, os subcomitês da Reserva da Biosfera e os conselhos das unidades de conservação, entre outros.

Segundo esse diagnóstico, foi possível fazer uma indicação de agenda positiva para promover a gestão integrada do Mapes, por meio de grupos de trabalho e participação em coletivos e espaços de tomada de decisão, visando manter o Mosaico em atividade. Como oportunidades, foram identificadas as seguintes frentes:

- **Grupo de trabalho sobre uso público e visitação:** o principal desafio deste GT é a comunicação entre os diferentes atores (*trade*), a necessidade de integração das unidades de conservação e o desenvolvimento de novos atrativos turísticos, como o turismo de base comunitária (TBC). O primeiro passo foi formar um grupo iniciado pelos gestores das áreas protegidas, que depois poderá irradiar para as lideranças sociais e empresários. O tema sobre trilhas de longo curso poderá promover uma agenda positiva de integração das áreas protegidas.
- **Grupo de trabalho sobre proteção:** foram identificadas as principais ameaças aos objetivos das unidades de conservação:
 - Caça e a pesca ilegais: o antigo GT de caça foi lembrado, com a menção ao papel do promotor Fábio Correia, ex-coordenador do NUMA. A última operação deste GT foi em 2018. Ficou o indicativo como ação prioritária para rearticular o grupo.
 - Há correlação entre os incêndios florestais e os conflitos fundiários. Às vezes os incêndios ocorrem de forma criminosa para conversão de áreas para agronegócio e para especulação imobiliária. Sugere-se a aproximação das lideranças indígenas, que estão afastadas e longe dos espaços de tomada de decisão, das Polícias Militar e Civil, bem como da CIPPA (a Polícia Ambiental) e dos conselhos gestores das unidades de conservação.

- A expansão urbana pressionando as unidades de conservação foi um tema recorrente em toda a região e merece ser tratado pelas UCs.
- **Grupo de trabalho sobre pesquisa, educação ambiental e extensão:** o objetivo do grupo é melhorar a comunicação com as redes existentes no território, como a de pesquisa e da educação ambiental, por meio de um plano de comunicação estruturado.
- **Mobilização dos proprietários das RPPNs:** a agenda de promover o intercâmbio entre as RPPNs pode estimular oportunidades de engajamento desse público, que está desmobilizado.
- **Outros espaços de governança:** debater o Mapes e sua implementação nos espaços consolidados.

3.8. Desenvolvimento dos grupos de trabalho e outros espaços de tomadas de decisão e governança

Com a retomada das atividades focando a gestão integrada, os grupos de trabalho começaram a se reunir e definir suas pautas. Durante esse período, foi possível destacar:

1) GT Visitação: com a evolução dos debates, buscou-se um nome com maior alinhamento ao propósito do grupo. O grupo focou em três aspectos: a) construir uma biblioteca de documentos sobre a infraestrutura e os equipamentos de uso público para ajudar na definição dos termos de referência (foi criado um drive com esse conteúdo); b) pensar um turismo mais sustentável, com rota integradas e comunicação conjunta (esse conteúdo está sendo desenvolvido pelo projeto Turismo + Sustentável, coordenado pela CI-Brasil); c) debater a trilha de longo curso com identidade Pataxó, saindo do Parque Nacional do Descobrimento (nessa estratégia o Instituto Ciclos ficou de avançar por meio de uma oficina presencial, com apoio da GIZ). Foram vários encontros:

- GT Visitação I: realizado no dia 05/05/21, buscou fazer o intercâmbio entre os gestores das unidades de conservação (Anexo 14).
- GT Visitação II: realizado no dia 13/05/21, teve o objetivo de fazer o planejamento dos eixos de atuação (relato acima).
- GT Visitação III: realizado no dia 21/05/21, buscou mobilizar e sensibilizar interessados sobre a trilha de longo curso, aproveitando a iniciativa do Parque Nacional do Descobrimento (Anexo 15).
- GT Visitação IV: realizado no dia 09/06/21, buscou mapear os “caminhos ancestrais” Pataxó para inspirar o percurso da trilha de longo curso.
- GT Visitação V: realizado no dia 12/07/21, buscou fazer o alinhamento das expectativas entre o ICMBio e a Funai sobre a implantação da trilha de longo curso.
- GT Visitação VI: realizado no dia 15/07/21, com objetivo de avaliar os avanços do GT e rever as estratégias do grupo, buscando formalizar a iniciativa (depois desse evento, o grupo perdeu força).

2) Encontro dos proprietários de RPPNs: realizado em 08/07/21, com a participação de oito proprietários de RPPNs, dos quais três da região oeste da Bahia foram convidados. Neste evento foi possível ter um panorama da gestão das reservas privadas, troca de experiências e convites para seguir a articulação no âmbito da Rede de Gestores do Corredor da Mata Atlântica. Nessa oportunidade também foi divulgado o edital do Funbio voltado para a restauração dos mosaicos, incluindo as reservas privadas.

3) Outros espaços de tomada de decisão e governança: evitando sobrepor ações e considerando o histórico de outros coletivos, a cooperação técnica buscou trazer o debate do Mapes em outros espaços importantes, como:

- **Rede de Gestores do CCMA:** no dia 26/05/21, houve uma participação especial da cooperação técnica para falar sobre o projeto de mobilização do Mapes e o Mapa das Áreas Protegidas do Extremos Sul da Bahia.
- **Fórum Diálogo Florestal:** no dia 01/06/21, houve uma participação especial da cooperação técnica para apresentar o Mapa das Áreas Protegidas do Extremos Sul da Bahia.
- **Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Frades, Buranhém e Santo Antônio:** no dia 17/06/21 foi realizada a 2ª reunião ordinária e apresentado o projeto de mobilização do Mapes e o Mapa das Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia.
- **GT Caça:** No dia 15/07/21 a cooperação técnica buscou retomar os trabalhos do “grupo de trabalho para o combate à caça de animais silvestres no Extremo Sul da Bahia” (GT da caça), ampliando o debate para outras unidades de conservação. Contudo, o MPE local não participou e não se comprometeu com a causa.
- **Conbio:** GIZ também participou do planejamento da Rede de Pesquisadores do Corredor Central da Mata Atlântica (ConBio), visando mobilizar a pesquisa integrada no Mapes.

4) Intercâmbio de facilitação virtual: no dia 12/05/21 foi realizado um treinamento de facilitação virtual voltado aos gestores de unidades de conservação do Extremo Sul da Bahia, com objetivo de impulsionar a retomada dos conselhos gestores. O intercâmbio foi realizado com cerca de 30 pessoas, envolvendo também gestores da Gerência Regional do Nordeste do ICMBio e outras unidades do Inema.

3.9. Seminário Vida Longa ao Mapes

Com o objetivo de finalizar o processo de remobilização do Mapes no âmbito da cooperação técnica da GIZ, foi realizado o Seminário ‘Vida Longa ao Mosaico do Extremo Sul da Bahia!’, no dia 7 de outubro de 2021, envolvendo cerca de 40 pessoas de diferentes segmentos da sociedade. Neste evento foi possível criar um espaço de depoimento dos gestores federal, estadual e municipais das unidades de conservação do Extremo Sul da Bahia, bem como representantes da sociedade civil, buscando celebrar a conclusão da cooperação técnica ao Mapes (Anexo 16).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o contexto político e sanitário foram os grandes desafios enfrentados nesse projeto. Ao final não foi possível avançar nas questões que dependem da alteração do instrumento legal de reconhecimento do Mosaico, como a inclusão de novas unidades de conservação e o estabelecimento formal do conselho, como previa inicialmente o contrato.

Embora o processo de mobilização ter envolvido outras unidades, além daquelas que já constam no Mapes, como o Parque Nacional do Alto Cariri, a Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia, o NGI Abrolhos, unidades municipais, reservas privadas, entre outras, não foi possível chegar em uma nova conformação adequada.

A sugestão é manter essas áreas envolvidas no debate para irem amadurecendo a sua inclusão formal no Mosaico. Espera-se a chegada de bons ventos na política ambiental do Brasil para se avançar nessa agenda e, quem sabe, inserir as outras áreas protegidas no Mapes. Outro aspecto ressaltado foi a baixa aderência à retomada dos grupos temáticos.

Contudo, pode-se destacar alguns resultados tangíveis sobre o projeto:

- a) foram sistematizadas informações de mais de 70 reuniões e cerca de 550 documentos da história do Mosaico, demonstrando um rico acervo sobre o Mapes;
- b) durante a execução do presente projeto ocorreram nove reuniões de supervisão e acompanhamento (com o MMA, ICMBio, Inema e GIZ) e 17 reuniões temáticas, mantendo ativo o debate da gestão integrada e participativa no território (Figura 8);
- c) na produção do mapa foram atualizados os shapes na forma de uma biblioteca de geodados, agora organizada e disponível para consultas;
- d) na captura das oportunidades foi possível elaborar três projetos de restauração para o edital do Funbio, sendo propostas complementares, integradas e independentes. As mesmas foram selecionadas, trazendo cerca de 10 milhões de reais de investimentos na região;
- e) junto com a Rede de Gestores do Corredor Central da Mata Atlântica, foi iniciado o debate sobre a trilha de longo curso para a região, que se alinha com a identidade Pataxó e com as trilhas ancestrais desse povo.

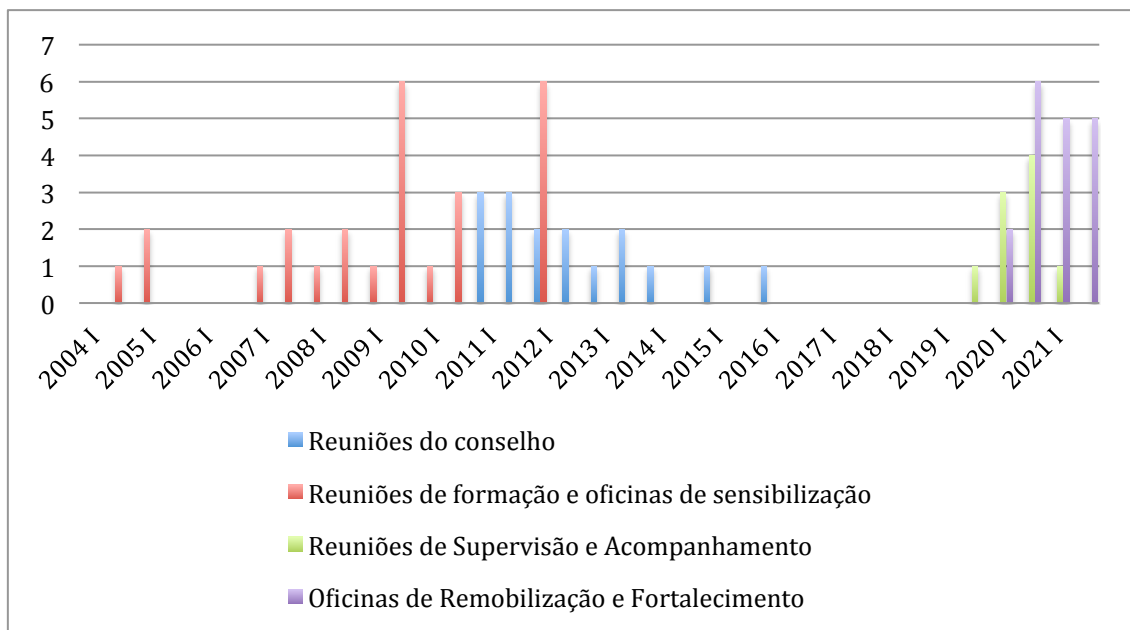


Figura 8. Linha do tempo das reuniões do conselho e oficinas de sensibilização do Mapes, incluído as reuniões de supervisão e acompanhamento e as oficinas de remobilização e fortalecimento da cooperação técnica.

Talvez o principal resultado do projeto, mas de difícil mensuração, tenha sido a promoção dos espaços de diálogo e articulação no território. A interação nesses espaços contribuiu para colocar o Mosaico em evidência no território novamente; para aproximar os novos profissionais e interessados no tema, com o estabelecimento de novas parcerias e projetos na região; para melhorar a interface de profissionais e instituições com outros coletivos, como RGCCMA, ConBio, FF, Comitês de Bacia, entre outros; e, principalmente, para facilitar o processo para outros projetos que se iniciam, ou que continuam, e que envolvem temas diversos como restauração, turismo, uso público, entre outros.

O território possui grandes iniciativas em curso como os três projetos de restauração de corredores ecológicos entre as unidades de proteção integral e que podem crescer com as oportunidades locais, nacionais e internacionais de financiamento. O uso público planejado de forma integrada pode gerar novas rotas turísticas para a região, que é amplamente visitada. O Projeto Turismo + Sustentável, coordenado pela CI-Brasil, e a proposta de trilha de longo curso unindo as áreas protegidas podem oferecer um espaço de articulação importante para o Mosaico. Esses novos projetos podem promover eixos estruturantes e um ciclo virtuoso para o Mosaico.

Como recomendação é necessário desenvolver um mecanismo de governança minimamente estruturado, se possível, com uma secretaria executiva funcionando. Para as pessoas que irão ficar no território, essa é a principal recomendação para manter a “chama” do Mosaico acesa.

Vida longa e próspera ao Mapes!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PINHEIRO, MR. Recomendações para o reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas. Brasília, DF, GTZ. 2010.
- ABRAMS, P. et al. A handbook to accompany a participatory process for a protected area. Policy Matters (IUCN/CEESP), n. 12, p. 1-16, 2003.
- BORRINI-FEYERAND, G., Dudley, N.; Jaeger T., Lassen, B.; Pathak Broome, A.; Phillips e Sandwith, T.. Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, No. 20, Gland, Suíça: UICN. xvi + 124pp. 2017.
- LOCKWOOD, M. Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. Journal of environmental management, v. 91, n. 3, p. 754-766, 2010.